

# Artigos Originais

## ANÁLISE DO PREPARO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ATUAR COM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL VÍTIMAS DE PARALISIA CEREBRAL VISANDO INCLUSÃO ESCOLAR

### Carmem Patrícia Barbosa

Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Maringá - UEM; Docente dos cursos de Educação Física, Nutrição e Odontologia do Centro Universitário de Maringá - CESUMAR. E-mail: carmempatricia@cesumar.br

### Ana Carolina Forti Cezario

Discente do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Maringá - CESUMAR. E-mail: ana\_fortii@hotmail.com

### Natália Duarte Bento

Discente do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Maringá - CESUMAR. E-mail: natalia\_bento@hotmail.com

**RESUMO:** Este estudo analisou o preparo dos professores de Educação Física ao atuar com a inclusão de crianças com paralisia cerebral no ensino fundamental regular. O estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva na qual foi aplicado questionário a fim de avaliar o conhecimento específico do professor em relação à paralisia cerebral. O estudo foi feito com cinquenta professores de Educação Física da cidade de Maringá-Paraná, de ambos os sexos, escolhidos por disponibilidade de participação, sendo trinta e quatro da rede municipal de ensino, onze da rede estadual e cinco da rede privada. A identidade pessoal de todos os participantes foi preservada. Os resultados foram esclarecedores e mostraram que, apesar da necessidade de outros estudos comprobatórios, os professores ainda não estão plenamente preparados para trabalhar com a inclusão de alunos com paralisia cerebral junto ao ensino regular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Professor de Educação Física; Inclusão Escolar; Paralisia Cerebral.

## PREPARATION ANALYSES OF THE PHYSICAL EDUCATION TEACHER ABOUT TEACHING ELEMENTARY SCHOOL CHILDREN VICTIMS OF CEREBRAL PALSY IN ORDER TO HAVE SCHOOL INCLUSION

**ABSTRACT:** This studies analyzed how prepared the Physical Education (P.E.) teachers are to act at the inclusion of children with cerebral palsy in the elementary school years. The studies had been characterized as a describe research, in witch had been applied a series of questions to find out the specific knowledge of the P.E. teacher about cerebral palsy. The study was done with fifty P.E. teachers in the city of Maringa-PR, both of gender, choose by disposability of participation, been thirty-four from the municipal net, eleven from the county net and five from the private schools net. The personal identity off all participants has been preserved. The results has cleared show that even with necessity of other studies to prove, the teachers still are not fully prepared to work with children with cerebral palsy including in their classes.

**KEYWORDS:** Physical Education (P.E.) Teacher; School Inclusion; Cerebral Palsy.

## INTRODUÇÃO

### 1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Paralisia cerebral é definida como sendo diversos distúrbios que envolvem a capacidade de se mover, manter a postura e o equilíbrio (GERALIS, 2007). Dentre os fatores etiológicos desta doença, pode-se citar a má formação cerebral nos dois primeiros trimestres de gravidez ou um dano neurológico. Tal dano pode ser definido como uma lesão no cérebro que pode acontecer antes, durante ou depois do nascimento e é chamado de tocotraumatismo. Existem vários tipos de paralisia cerebral como a piramidal, a extrapiramidal e a do tipo mista. Com a paralisia cerebral, várias partes do corpo podem ser afetadas causando problemas de movimentos e, conforme o nível de comprometimento motor pode ser classificada como monoplegia, diplegia, hemiplegia, tetraplegia ou hemiplegia dupla. A paralisia cerebral é uma patologia complexa, que necessita de estudos e pesquisas mais aprofundados dos profissionais que atuam na área clínica, terapêutica e educacional (LIMONGI, 2000).

Segundo Bobath (1990), antes do quarto mês de gravidez é difícil estabelecer o diagnóstico da paralisia cerebral sendo difícil estabelecer com certeza o tipo de paralisia cerebral que a criança desenvolverá ao longo de sua vida. Geralmente, o primeiro sintoma é o retardo ou a parada na movimentação voluntária do corpo, porém, esta doença também pode impedir os desenvolvimentos intelectual, social e emocional do portador, bem como sua aprendizagem.

Pessoas com necessidades especiais estão passíveis de sofrerem certo nível de discriminação, em maior ou menor grau, conforme fatores educacionais, culturais e sociais do meio em que vivem. Nas escolas, por exemplo, pode-se observar isto pela ausência de adaptações adequadas aos alunos especiais. A Lei 4.024/61, artigo 88º Título X - Da Educação de Excepcionais, afirma que a educação deles deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade (CARVALHO, 1997). Conforme esta Lei acredita-se que a melhor forma de integrar pessoas com os mais variados graus de deficiências, sejam elas físicas ou mentais, é por meio da inclusão delas no meio social do qual são parte.

Inclusão, segundo Amora (1997), é a ação ou efeito de incluir e Delors (1999 apud BELTRÃO; MACÁRIO, 2000) explica que o papel do professor é ajudar a formar o caráter de seus alunos sendo esta uma de suas grandes responsabilidades. A inclusão no meio escolar é chamada de educação inclusiva e visa colaborar com a diversidade das necessidades educacionais dos alunos (PACHECO; EGGERTSDÓTTIR; MARINÓSSON, 2007).

O professor de Educação Física está diretamente envolvido na educação inclusiva uma vez que seu objeto de atuação é o corpo humano, o qual, na paralisia cerebral, está comprometido em maior ou menor grau, dependendo da lesão. Todavia, apesar de a inclusão ser determinada por lei, estará o professor de Educação Física preparado para a inclusão de crianças com paralisia cerebral no contexto do ensino fundamental regular? Avaliar o tipo de vivência prática que este profissional tem em sua atuação diária é o objetivo maior deste estudo.

### 1.2 HIPÓTESE

Se o professor de Educação Física tiver um conhecimento mais amplo das características anatomopatológicas bem como sobre os principais sintomas inerentes à paralisia cerebral, será mais proveitosa sua atuação profissional junto às crianças com seqüelas desta doença. Tal conhecimento poderá fazer com que a atuação seja mais específica e direcionada às necessidades peculiares de cada portador.

### 1.3 OBJETIVO DA PESQUISA

#### 1.3.1 Objetivo geral

Verificar se os professores de Educação Física estão preparados para atuar com a inclusão de crianças com paralisia cerebral no ensino fundamental regular.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar a formação, experiências, cursos dos professores em relação à Educação Física Adaptada voltada à paralisia cerebral.
- Averiguar se os professores de Educação Física têm conhecimento sobre termos importantes relacionados à paralisia cerebral.

### 1.4 JUSTIFICATIVA

Os professores de Educação Física do ensino fundamental estão em constante contato com alunos portadores de necessidades especiais, dentre os quais estão aqueles com paralisia cerebral. Este contato torna-se ainda maior quando se considera a educação inclusiva que, de uma forma geral, vem sendo um tema muito abordado e preconizado atualmente.

Analisar o nível de conhecimento prévio que os professores de Educação Física tem sobre paralisia cerebral e identificar o preparo dos mesmos para trabalhar com crianças que tenham seqüelas desta doença, justifica a realização deste trabalho. A importância e a atualidade do tema fazem com que este estudo seja relevante para os profissionais da área uma vez que a educação inclusiva destas crianças no meio escolar do ensino fundamental regular tem sido sugerida.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O conceito de que a Educação Física é uma disciplina que só visa atividades recreativas e de descontração utilizando jogos e danças tem se modificado pelo longo processo evolutivo que a Educação Física tem passado. Conforme Giroux (1997 apud GUNTHER; MOLINA NETO, 2000), os professores de Educação Física assumem o papel de “intelectuais orgânicos” ou “transformadores” que devem combinar ação e reflexão na sua prática pedagógica cotidiana contribuindo para formar cidadãos mais críticos frente à realidade em que vivenciam.

De uma forma geral, os professores de Educação Física têm como função atuar no exercício, na atividade física desportiva, no condicionamento físico e na manutenção do bem estar (STEINHILBER, 1996). Além disso, conforme Mattos e

Neira (1999), há necessidade de que o professor interage com o aluno, seja seu orientador, seu guia e, principalmente, um facilitador da aprendizagem.

O professor, durante a aula de educação física, deve proporcionar exercícios que objetivem uma melhor qualidade de vida para quem a pratica de forma que cause melhora na autoestima, no humor e na disposição física. Para tanto, a aula deve ser configurada por meio do conjunto de valores, currículos, práticas metodológicas e avaliação. O professor deverá programar a prática dentro de vários contextos (SACRISTÁN, 1995) e, segundo Duarte e Lima (2003), fazer com que a atividade física seja um meio onde o aluno vivencie seu próprio corpo, melhorando aspectos motor, cognitivo e afetivo.

Para Kunz (1991), o professor de Educação Física tem carência de orientações pedagógicas e socioeducacionais, pois não as recebem na formação profissional e a literatura acaba sendo defasada. Com essa falta de informação, o profissional geralmente fica despreparado para o mercado de trabalho. Alguns destes não têm interesse em procurar saber qual é a sua função dentro da sua profissão como educador, pois para alguns a formação acadêmica já basta.

Ao contrário desta situação, Nogueira (1993), afirma que o professor de Educação Física apesar de ter novas ideias, nem sempre a escola fornece adaptações necessárias para que sejam colocadas em prática. Um exemplo disso é que as escolas muitas vezes não têm estruturas necessárias para portadores de necessidades especiais. Todavia, pode acontecer de o professor não ter iniciativa ou ideias e muito menos conhecimento para trabalhar com certa população.

O professor de educação física precisa estar sempre se especializando, se atualizando e procurando uma nova maneira de se expressar e ensinar os alunos com qualidade e dedicação.

## 2.2 INCLUSÃO ESCOLAR

Inclusão é algo que a maioria das pessoas defende, mas na hora de colocar em prática é que elas sentem dificuldades. Bueno (2000) a define como o ato de incluir ou inserir. A inclusão é um desafio para as escolas já que, se for implantada definitivamente, deverá melhorar a qualidade da educação para os alunos com e sem deficiência uma vez que todos têm o direito à educação na sua plenitude atendendo todas as diferenças (MANTOAN, 2007).

Conforme Pacheco, Eggertsdóttir e Marinósson (2007), a educação inclusiva atende a diversidade das necessidades educacionais dos alunos. Esta supõe que a escola se ajuste a todas as crianças que nela desejam estudar, ao invés da criança com necessidades especiais se ajustarem a ela. Além dos alunos com necessidades especiais serem beneficiados, a escola, os profissionais e os alunos também são beneficiados com a educação inclusiva, pois envolve ações comunitárias como aquisição de novos conhecimentos e novas convivências (CARVALHO, 2008).

Para Freitas (2008), a educação inclusiva é uma parcela da inclusão social, pois, exerce o papel da cidadania, respeita a diversidade cultural e as características pessoais de cada indivíduo. Em algumas escolas a situação é mais complicada, pois não fornecem infraestrutura adequada e necessária. São várias as tentativas de inclusão escolar, mas existem muitas dificul-

dades para que isso aconteça. Segundo Pacheco, Eggertsdóttir e Marinósson (2007), essas dificuldades estão relacionadas às condições do ensino público, professores não estruturados e com má formação, falta de materiais adequados e a um exacerbado número de alunos por sala.

Gomes e Barbosa (2006) ressaltam que há necessidade de incluir alunos com necessidades especiais nas redes de ensino públicas e particulares. Todos os alunos devem ser respeitados em suas diferenças e características. Com isso Pedrinelli (1994), afirma que tem que haver a participação de todos os alunos, promovendo desafios, respeitando as limitações, fazendo com que haja autonomia e domínio motor de todos.

Portanto, a sociedade de uma maneira geral é favorecida com a inclusão, desde que haja respeito entre as pessoas. Dentro das escolas os alunos do ensino regular e os professores acabam por ter uma experiência nova e diferenciada juntamente com os alunos com necessidades especiais, fazendo com que haja um crescimento profissional e pessoal.

## 2.3 PARALISIA CEREBRAL

Paralisia cerebral (PC) é uma alteração motora ocasionada por uma lesão no cérebro quando este ainda não estava completamente desenvolvido. Não significa que o cérebro ficou paralisado, mas que ele não comanda corretamente os movimentos do corpo, nem manda estímulos adequados para os músculos (SILVA; CASTRO; BRANCO, 2006). Para Braga, Souza e Willadino (2000), paralisia cerebral é entendida como uma síndrome que afeta a postura e o movimento. As partes do corpo são atingidas e, conforme Geralis (2007), são classificadas como: monoplegia, hemiplegia, diplegia, triplegia e tetraplegia.

Segundo Porretta (2004), a paralisia cerebral pode resultar de causas pré, peri ou pós-natais. A rubéola, trauma no parto, meningite, envenenamento, hemorragia e outras formas de lesão cerebral são algumas das causas da paralisia cerebral. O indivíduo que apresenta paralisia cerebral pode apresentar um bom desenvolvimento motor e um grave retardo mental ou ter um desenvolvimento motor comprometido, mas com inteligência normal, sendo uma das formas que a paralisia pode apresentar (BRAGA; SOUZA; WILLADINO, 2000). A paralisia cerebral conforme Silva, Castro e Branco (2006), pode desenvolver alterações no tônus muscular como hipertonia, instabilidade e hipotonia com incoordenação motora. O indivíduo tem menor estatura, menor peso e menor resistência às infecções.

Para que o indivíduo melhore é necessário a reabilitação, uma das formas é a atividade física. Esta, além de oferecer lazer, ela promove a melhoria do equilíbrio, coordenação, força, sensação de bem-estar, combate a depressão, busca a reabilitação, facilita a coordenação manual e a superação dos limites (SANTOS, 1998). Para realizar a atividade física é necessário adaptar o ambiente por meio da iluminação, móveis, adaptar a terapia simplificando o trabalho e adaptar o domicílio visando à realidade social do indivíduo.

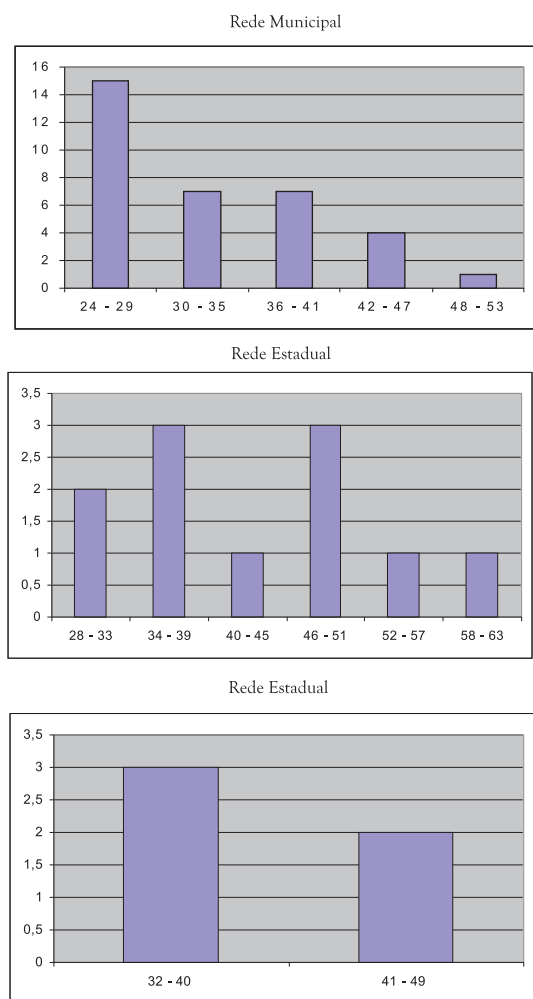
Contudo, as pessoas com PC podem ter um convívio social normal, pois têm o desenvolvimento motor afetado, mas o cognitivo é normal. Contudo, precisa de profissionais que se interessem por esta área e é necessário que o governo de

suporte para a sociedade e para as escolas.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva conforme Jerry e Nelson (2002). Um questionário específico foi aplicado a fim de avaliar o conhecimento do professor de Educação Física sobre o tema proposto e avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – COPEC do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR, parecer n. 134B.



**Figura 1** Identificação das médias de idades dos professores avaliados.

Gráfico plotando a idade média dos professores da rede municipal, estadual e privada.

#### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população foi composta por professores de Educação Física que lecionam no ensino fundamental na cidade de Maringá-Paraná. A amostra foi composta por cinquenta professores de ambos os sexos, sendo trinta e quatro da rede municipal, onze da rede estadual e cinco da rede privada de ensino. O único critério para inclusão no estudo foi a disponibilidade para participação. A identidade pessoal da amostra foi preservada.

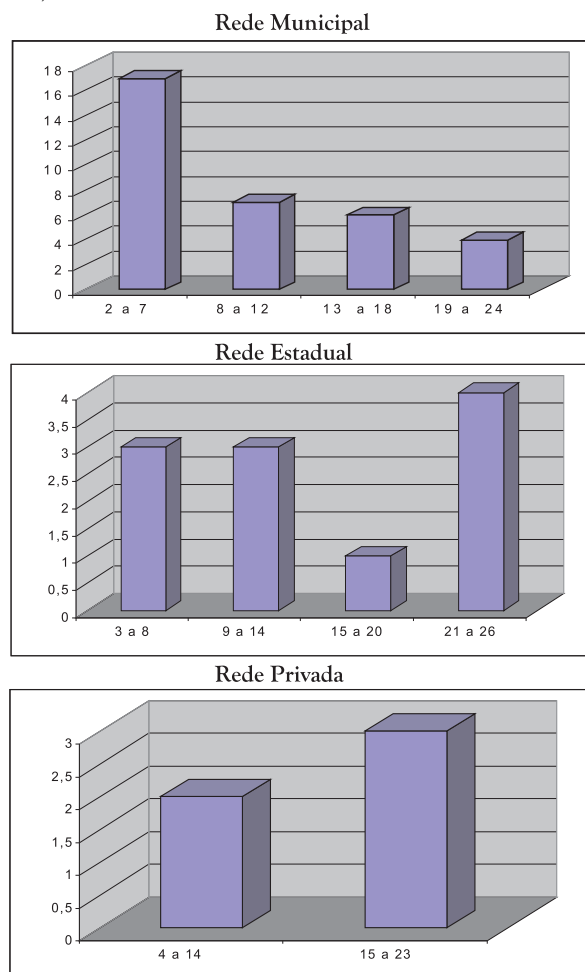
#### 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA

Um questionário direcionado, que segue no anexo A, foi aplicado aos indivíduos da amostra com o intuito de verificar a experiência profissional que a mesma apresentava em relação à temática da educação inclusiva e da paralisia cerebral. Os conhecimentos do professor de Educação Física sobre a paralisia cerebral e seus principais sinais e sintomas, bem como os principais termos inerentes a esta doença foram interrogados a fim de quantificar a familiaridade que tais profissionais apresentam sobre o assunto em questão.

#### 3.5 COLETA DE DADOS

O questionário foi entregue aos professores selecionados para o estudo pelos próprios pesquisadores. Os professores da amostra responderam cada arguição do questionário de forma individual, sigilosa e sem ajuda dos pesquisadores ou de outras pessoas. A coleta foi feita no próprio local de trabalho de cada professor em seu período letivo normal no período de disponibilidade da amostra estudada.

Os dados foram analisados estatisticamente e agrupados em percentuais, média e desvio padrão (JERRY; NELSON, 2002).



**Figura 2** Tempo que trabalha na docência na área de Educação Física (em anos).

Média de tempo em que cada grupo da amostra teve como ocupação a docência na área de educação física.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos cinquenta professores da amostra estudada, a maioria é formada pelo sexo feminino de forma que, na rede municipal, o sexo feminino representou 68% dos avaliados, na rede estadual 82% e nas escolas privadas 60%. A média de idade foi bastante variável conforme pode ser notado na Figura 1.

A Figura 2 representa o tempo, em anos, que os professores atuam com a licenciatura em educação física. Apesar da ampla variação, que foi de dois a vinte e seis anos de experiência profissional, a proporção da variação mostrou-se diretamente relacionada à idade biológica de cada profissional. Desta forma, pode-se concluir que a docência foi a mais importante ocupação profissional da maioria dos avaliados. A rede municipal e estadual de ensino mostrou os maiores tempos de docência.

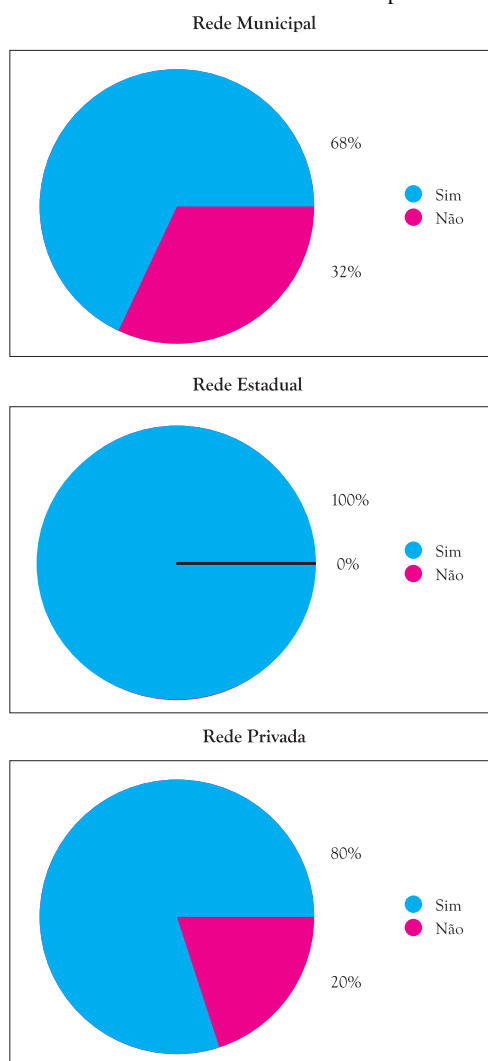


Figura 3 Percentual dos professores com cursos de pós-graduação. O gráfico mostra um percentual maior de professores pós-graduados na rede estadual de ensino.

Os professores foram questionados sobre experiências profissionais atuais e pregressas bem como quanto à participação em cursos de pós-graduação concluída ou em andamento. Dos trinta e quatro avaliados da rede municipal, vinte e dois eram especialistas nas áreas de Educação Física Escolar e Educação

Física Adaptada e um era mestre na área de Ciências da Saúde. Na rede estadual todos eram pós-graduados, em áreas como Educação Física Escolar e Educação Física Adaptada sendo um mestre em Fundamentos da Educação. Na rede privada, quatro fizeram pós-graduação na área de Educação Física Escolar e Recreação e Lazer (Figura 3). Os professores foram questionados sobre experiências profissionais atuais e pregressas bem como quanto à participação em cursos de pós-graduação concluída ou em andamento. Dos trinta e quatro avaliados da rede municipal, vinte e dois eram especialistas nas áreas de Educação Física Escolar e Educação Física Adaptada e um era mestre na área de Ciências da Saúde. Na rede estadual todos eram pós-graduados, em áreas como Educação Física Escolar e Educação Física Adaptada sendo um mestre em Fundamentos da Educação. Na rede privada, quatro fizeram pós-graduação na área de Educação Física Escolar e Recreação e Lazer (Figura 3).

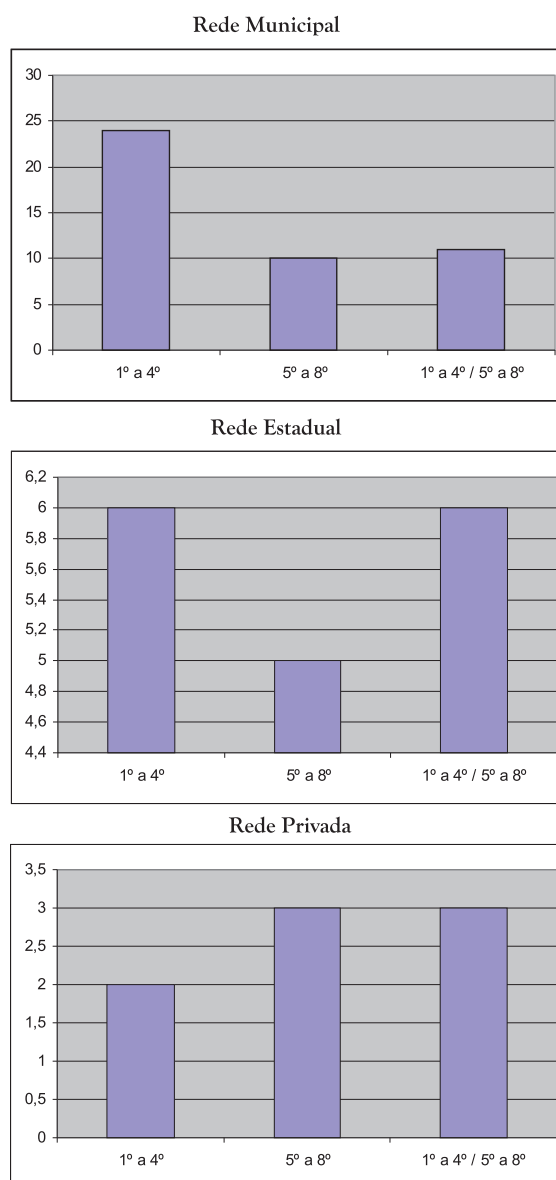
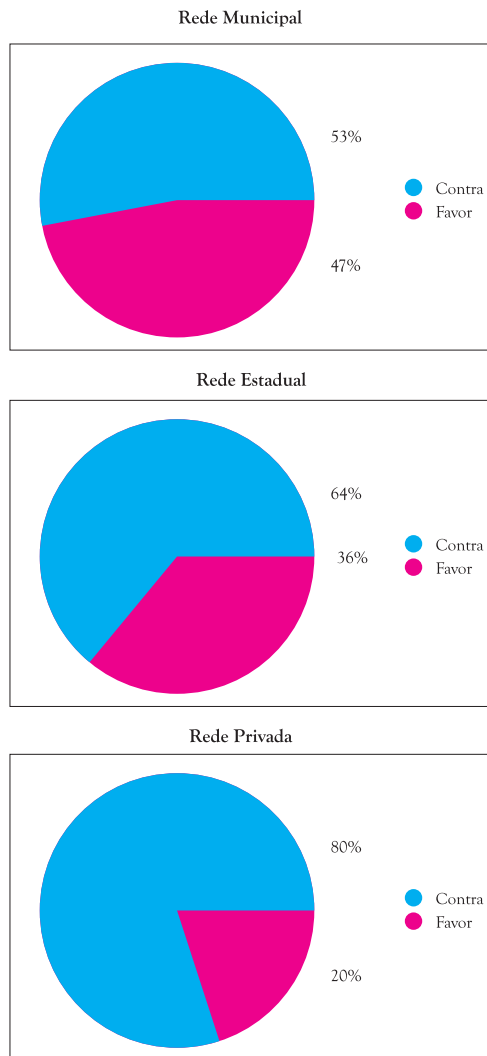


Figura 4. Séries nas quais os professores ministram aulas. Gráfico comparando as séries nas quais os professores da amostra estudada ministram aulas. As redes estadual, municipal e privada de ensino mostraram um perfil variável.



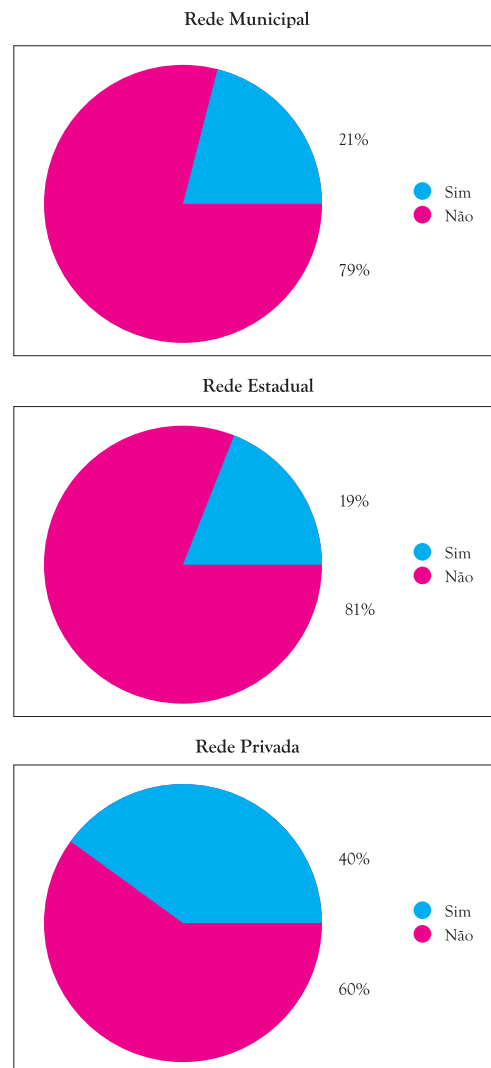
**Figura 5** Opinião dos professores sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Os gráficos mostram que nas redes municipal e estadual de ensino a maioria dos professores se mostrou contra a educação inclusiva por motivos diversos e unânimes.

Os professores foram questionados sobre experiências profissionais atuais e pregressas bem como quanto à participação em cursos de pós-graduação concluída ou em andamento. Dos trinta e quatro avaliados da rede municipal, vinte e dois eram especialistas nas áreas de Educação Física Escolar e Educação Física Adaptada e um era mestre na área de Ciências da Saúde. Na rede estadual todos eram pós-graduados, em áreas como Educação Física Escolar e Educação Física Adaptada sendo um mestre em Fundamentos da Educação. Na rede privada, quatro fizeram pós-graduação na área de Educação Física Escolar e Recreação e Lazer (Figura 3).

A análise da Figura 4 mostra que alguns professores só dão aula para 1ª a 4ª série, outros para 5ª a 8ª série e alguns ministram aulas tanto para 1ª a 4ª quanto para 5ª a 8ª séries. O perfil da rede municipal e estadual foi semelhante, porém na rede estadual a maioria dos professores lecionava tanto para 1ª a 4ª quanto para 5ª a 8ª séries. Na rede privada as aulas de 5ª a 8ª séries tiveram maior percentagem comparativo.

Quando questionados sobre a presença de alunos especiais na escola onde lecionam, 82% dos professores da rede municipal, 73% da rede estadual e 80% da rede privada de ensino responderam que há alunos portadores de necessidades especiais no estabelecimento onde trabalhavam. Isso demonstra que algumas escolas já estão se adaptando à inclusão escolar o que, aliás, é preconizado por lei. Estes dados estão de acordo com a literatura que, segundo Pacheco, Eggertsdóttir e Marinósson (2007), mostram que os professores que já trabalharam com crianças portadoras de necessidades especiais é a maioria representando 88% da totalidade de professores.



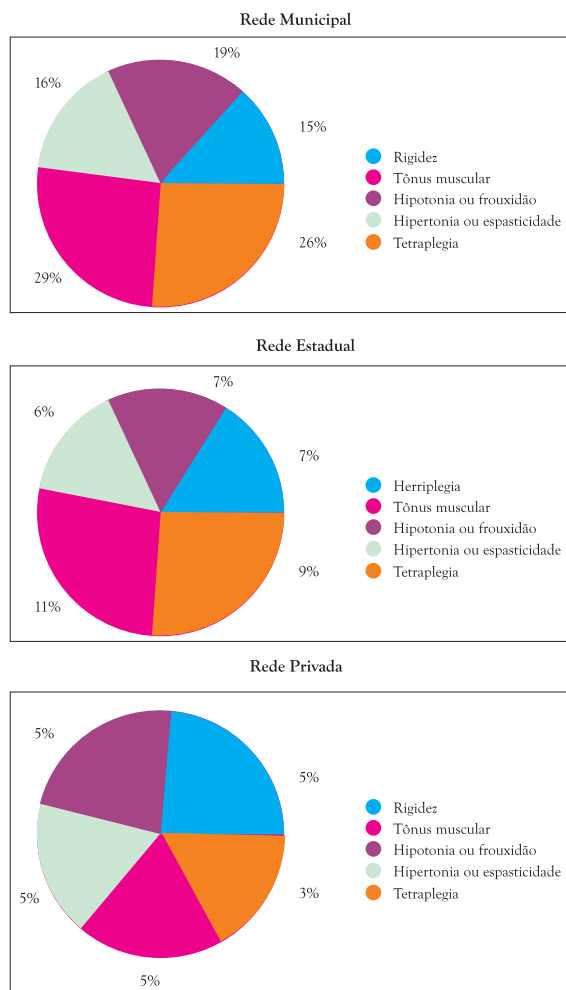
**Figura 6** Auto-avaliação dos professores quanto à aptidão para trabalhar com a educação inclusiva.

A grande maioria, em todas as redes de ensino, não se considera preparada para trabalhar com a inclusão de crianças com necessidades especiais.

Apesar da maioria dos professores já ter tido contato prévio com tais alunos, quando questionados a respeito da aplicabilidade prática da educação inclusiva, a maioria dos professores da rede pública se revelou contra, como mostra a Figura 5. Os motivos que justificaram esta opinião contrária foram diversos, porém os mais citados foram a falta de capacitação dos professores e a falta de suporte necessário dado pelo governo.

Já na rede privada de ensino, a maioria se mostrou a favor desde que atendidas algumas exigências básicas tais como equipe multidisciplinar, materiais didático-pedagógicos apropriados e espaço físico adequado.

foram que se trata de uma perda de movimento com capacidade cognitiva ou intelectual preservada e que se deve a uma falta de oxigenação no cérebro capaz de causar incoordenação motora.



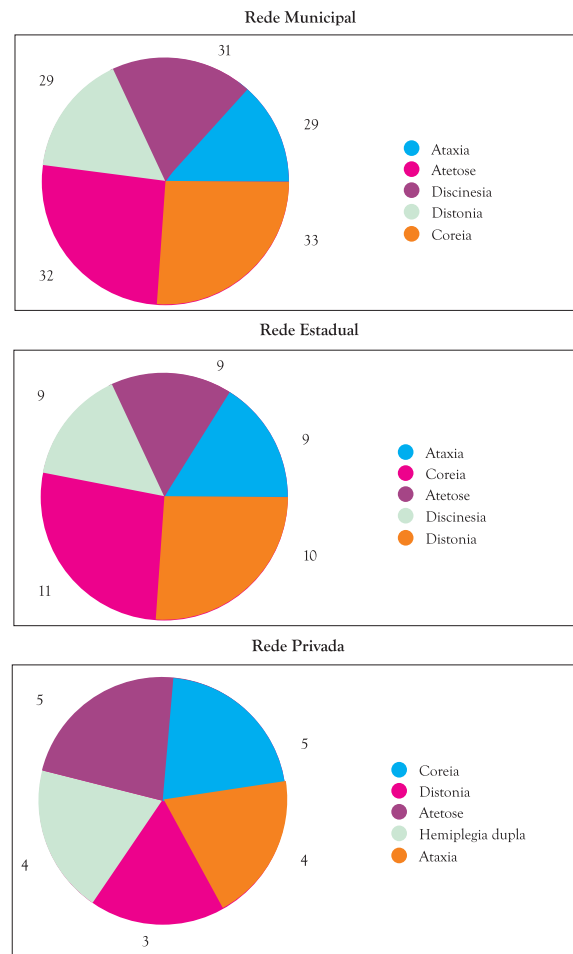
**Figura 7** Termos conhecidos pelos professores

Os principais termos conhecidos pelos professores foram tônus muscular seguido pela tetraplegia da rede municipal e da rede estadual. Na rede privada os mais conhecidos foram rigidez, tônus muscular, hipertonia ou espasticidade e hipotonia ou frouxidão.

Mesmo com uma grande parte dos professores entrevistados sendo pós-graduados, eles se autoconceituaram inaptos para trabalhar com a educação inclusiva de crianças com necessidades especiais, fato que pode ser identificado na Figura 6.

Os profissionais que se consideraram aptos para atuarem junto à educação inclusiva foram questionados a respeito de como se deu tal preparo. Afirmaram ter sido por cursos de pós-graduação, por experiência profissional pregressa ou por interesse pessoal não tendo sido adquirido na graduação.

Quando argüidos quanto ao conhecimento específico de que dispunham sobre paralisia cerebral, apenas 15% dos avaliados da rede municipal deram positividade enquanto que na rede estadual foram 80% e na privada foram 82%. As definições mais comuns dadas pela amostra sobre o que é a PC



**Figura 8** Termos desconhecidos pelos professores.

O termo menos conhecido pelos professores da rede municipal foi coreia, na rede estadual foi distonia e na rede privada foram atetose e coreia.

Os tipos clínicos mais comuns de PC foram conhecidos por 88% dos professores da rede municipal, 27% na rede estadual e 20% na rede privada os quais afirmaram ser tetraplegia, diplegia, monoplegia e hemiplegia.

O último questionamento visava verificar se os professores tinham conhecimentos sobre termos comuns relacionados à PC. A Figura 7 mostra os termos que os professores sabiam suas definições e a Figura 8 mostra os termos que não sabiam.

Uma comparação feita em relação as respostas dadas à definição de paralisia cerebral e o conhecimento de termos específicos relacionados a esta doença mostrou que os professores que souberam defini-la foram os mesmos que conheciam seus principais termos enquanto que os que não souberam sua definição exata também não conheciam os termos relacionados a ela. Tal relação pode mostrar uma relação de interesse e vivência prática diferenciada entre os dois grupos.

## 5 CONCLUSÃO

A análise dos resultados foi rica e esclarecedora revelando que os padrões de respostas foram muito semelhantes entre os grupos avaliados de forma que os professores das redes municipal, estadual e privada de ensino apresentaram poucas variações em quase todas as questões.

De uma forma geral, as respostas revelaram que os profissionais avaliados não se sentem totalmente preparados e seguros para trabalharem com crianças com seqüelas de paralisia cerebral junto às crianças do ensino fundamental regular. Os professores se auto-avaliaram como não plenamente capacitados em relação à temática estudada e para eles, as escolas não dispõem de pessoal habilitado, nem de material ou infraestrutura adequada. Segundo os mesmos, a falta do pleno conhecimento da paralisia cerebral bem como de sua aplicabilidade prática na aula de Educação Física, justifica a atuação não plenamente proveitosa deste profissional. Tal situação pode estar relacionada com algum tipo de déficit no aprendizado do aluno com paralisia cerebral.

Todavia, a educação inclusiva é uma realidade eminente e, desde o ensino fundamental até o superior, alguns aspectos devem ser melhorados para que ela possa se firmar. Uma das premissas mais determinantes é um maior incentivo por parte dos governantes e do próprio MEC. Todavia, os profissionais da área precisam aumentar o interesse em fazer cursos ou especializações relacionadas à área da Educação Física Adaptada. Concomitantemente, as instituições de ensino superior devem oferecer melhor qualidade nas aulas de Educação Física Adaptada e propor especializações e cursos para que os professores possam estar se qualificando e melhorando seu aprendizado.

## REFERÊNCIAS

- AMORA, Antonio Soares. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. São Paulo, SP: Saraiva, 1997.
- BELTRÃO, Fernanda Barroso; MACÁRIO, Nilza Magalhães. O bom professor de educação física: visão do estado, visão do aluno. **Motriz: Revista de Educação Física – UNESP**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 81-87, jul./dez. 2000.
- BOBATH, Karel. **Uma base neurofisiológica para o tratamento da paralisia cerebral**. 2. ed. São Paulo, SP: Manole, 1990.
- BRAGA, Lúcia Willadino; SOUZA, Lígia Maria do N.; WILLADINO, Raquel. A avaliação psicológica e as crianças com paralisia cerebral. In: LIMONGI, Suelly Cecília Olivan. **Paralisia cerebral: processo terapêutico em linguagem e cognição**. Carapicuíba, SP: Pró-Fono, 2000. p. 221-232. Cap. 9.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo, SP: FTD, 2000.
- CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 1997.
- DUARTE, Edison; LIMA, Sonia Maria Toyoshima. **Atividade Física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2003.
- FREITAS, Soraia Napoleão. **Tendências Contemporâneas de Inclusão**. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.
- GERALIS, Elaine. **Crianças com paralisia cerebral: guia para pais e educadores**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. 288 p.
- GOMES, Claudia; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 12, n. 1, p. 85-100, jan./abr. 2006.
- GUNTHER, Maria Cecília Camargo; MOLINA NETO, Vicente. Formação permanente de professores de Educação Física na rede municipal de ensino de Porto Alegre: uma abordagem etnográfica. **Rev. Paul. Educ. Fis.**, São Paulo, n. 1, p. 72-84, jan./jun. 2000.
- JERRY, Thomas; NELSON, Jack k. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.
- KUNZ, Elenor. **Educação Física ensino e mudanças**. Ijuí, SC: Unijui, 1991.
- LIMONGI, Suelly Cecília Olivan. **Paralisia Cerebral: processo terapêutico em linguagem e cognição**. Carapicuíba, SP: Pró-Fono, 2000.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação Inclusiva – Orientações Pedagógicas**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.
- MATOS, Mauro Gomes; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física Infantil: construindo o movimento na escola**. 4. ed. Guarulhos, SP: Phorte, 1999.
- NOGUEIRA, Eliana. Atualização das professoras de educação física. In: VOTRE, Sebastião. **Ensino e avaliação em educação física**. São Paulo, SP: Ibrasa, 1993.
- PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rosa; MARINÓSSON, Gretar L. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.
- PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia. In: **EDUCAÇÃO FÍSICA e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília, DF: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994. p. 07-10.
- PORRETTA, David L. **Paralisia Cerebral, Acidente Vascular Cerebral (AVC) e Traumatismo Crânio-encefálico (TCE)**. Barueri, SP: Manole, 2004.



SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: ESTRELA, Maria Teresa; ESTRELA, Albano. **Profissão professor**. 2. ed. Porto, Portugal: Porto, 1995. p. 51-77. Cap. 3.

SANTOS, Lina Silva Borges. **Adaptações em paralisia cerebral**. São Paulo, SP: Memnon, 1998.

SILVA, Adilson Florentino da; CASTRO, Ana de Lourdes Barbosa de; BRANCO, Maria Cristina Mello Castelo. **A in-**

**clusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, DF: Ministério da Educação Especial, 2006.

STEINHILBER, Jorge. **Profissional de Educação Física Existe? - Porque regulamentar a profissão!!!** Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 1996.

Recebido em: 26 Fevereiro 2009

Aceito em: 20 Outubro 2009